

**Processo:** nº 16.964/2014 (c).

**Interessado:** Cidadão.

**Assunto:** Representação.

**Ementa:** Representação oferecida por cidadão, com pedido de cautelar, sobre possível irregularidade havida no certame para ingresso no cargo de auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal manifestou-se pelo não conhecimento da representação, entre outras sugestões que ofertou (fls. 8/9).

. Parecer divergente do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, que pugnou pela conversão do feito em diligência (fls. 14/16).

. Voto pelo acolhimento parcial das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica. Diligência (fls. 17/23). Pedido de Vista (Decisão nº 2.888/2014 – fls. 24).

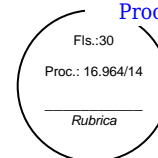
Voto de Vista formulado pela ilustre Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que pugnou pelo não conhecimento da representação e arquivamento destes autos (fls. 25/27).

Manutenção do voto proferido na Sessão Ordinária de 01.07.2014. Diligência.

Trata o presente processo de representação formulada por cidadão (fls. 01/03), em face do **Concurso Público para provimento do cargo de Auditor de Controle Externo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Distrito Federal**, disciplinado pelo Edital nº 1–TCDF/ACE 2013, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, de 10.12.2013. Alega-se que houve possível afronta, na fase recursal da prova discursiva, aos princípios da legalidade, publicidade, vinculação ao edital, contraditório e ampla defesa.

Na Sessão Ordinária de 01 de julho do corrente ano, proferi Relatório/Voto de fls. 17/23, com o seguinte teor:

*"Há pedido de concessão de cautelar a ser apreciado e que objetiva interromper o prazo para interposição de recursos até a disponibilização, pelo CESPE/UNB, das informações necessárias à resolução da suposta irregularidade."*



Da instrução formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal, tenho por necessário reproduzir o que segue:

"2. A presente Representação consiste em relato de possível descumprimento de dispositivo da Lei Geral dos Concursos nº 4949/12, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, especificamente no que se refere à falta de publicidade de informações acerca das causas de perda de pontos do candidato em questão.

3. Alega o autor que realizou provas referente ao certame regido pelo edital nº 01-TCDF/ACE 2013, em 27 de abril de 2014, para o cargo de auditor de controle externo desta Corte de Contas, tendo sido classificado com a 14ª (décima quarta) nota nas provas objetivas, dentro do número de candidatos habilitados à correção da prova discursiva.

4. Assevera que em 03/06/14, o CESPE disponibilizou em seu endereço eletrônico na internet o resultado final das provas objetivas, bem como o provisório das provas discursivas, com prazo recursal (de 10 dias úteis) iniciando-se em 04/06/14. Destaca que foi disponibilizado, no intuito de viabilizar a interposição de recurso, o acesso às provas discursivas e ao espelho de avaliação.

5. Acontece que, na visão do representante, as informações constantes do espelho de correção da prova discursiva, na forma em que foram disponibilizadas, não atende ao prescrito no art. 36 da Lei nº 4949/12<sup>1</sup>, no que se refere à explicitação das razões para perda de pontos pelo candidato, vez que aquele documento demonstra tão somente as causas de perda de pontos por meio de indicação das linhas onde foram constatados erros de ortografia e de morfossintaxe, sendo que do edital consta expressamente no subitem 9.7.3 que também seria avaliada quanto ao domínio dos termos abordados, mediante demonstração de conhecimento técnico aplicado. Motivo pelo qual apresentou requerimento ao CESPE, via e-mail (cópia à fl. 04), a fim de esclarecer a alegada omissão na explicitação dos motivos para causa de perda de pontos do candidato.

---

<sup>1</sup> Art. 36. Na formulação de questões discursivas, devem ser indicados os quesitos a serem avaliados.  
Parágrafo único. As causas da perda de pontos pelo candidato são explicitadas em espelho de correção.



6. Destaca que a resposta daquele organizador do certame (fl. 06), também via e-mail, não se mostrou suficiente para exaurir a possível ilegalidade suscitada pelo autor, na medida que apenas esclareceu "que o único espelho de correção da prova discursiva é o que consta no Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos".

7. Nesse contexto, considerando o potencial impacto lesivo da não prestação da informação solicitada quanto à causa da perda de pontos pelo autor na prova discursiva, o que lhe possibilitaria melhor formulação de recurso quanto à integralidade dos elementos de convicção do avaliador, e tendo em conta possível ilegalidade dessa omissão em face da ofensa ao contraditório e a ampla defesa material no processo administrativo, requer, sob alegação de perigo da demora e a fumaça do bom direito, medida cautelar tendente a interromper o prazo para interposição de recurso contra a correção da prova discursiva até que sejam disponibilizadas a todos os candidatos habilitados, por determinação desta Corte, as informações requeridas junto ao Cespe/UnB.

8. Preliminarmente, diga-se que a peça em apreço ingressou nesta Corte intitulada como Representação. Assim, convém ressaltar que, apesar de o artigo 195 do Regimento interno do TCDF (na redação dada pela Emenda Regimental nº 35/2012) não trazer, de forma explícita, previsão legal para que a Corte receba representação oferecida por terceiro (cidadão) que não detenha prerrogativa para tanto (§ 1º do art. 195 do RI/TCDF) ou que não seja encaminhada pelas referidas autoridades legitimadas (§ 3º do art. 195 do RI/TCDF), temos precedentes na Corte pela aceitação na medida suscitada por cidadão, a exemplo dos autos dos Processos nºs 12.382/12 (Decisão nº 3474/12) e 30.976/12 (Decisão nº 1666/13).

9. Assim, nessa mesma linha, o presente feito foi autuado com observância do § 4º do art. 195 do RI/TCDF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 27 de setembro de 2012.

10. Ademais, por força do § 4º do art. 195 do RI/TCDF, também com a alteração promovida pela Emenda Regimental nº 35/2012, cabe a esta Secretaria de Controle Externo, neste momento, analisar o cumprimento dos requisitos de admissibilidade desta representação.



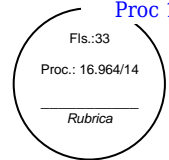
11. Nesse aspecto, entendemos que não se fazem presentes todos os pressupostos de admissibilidade exigidos no § 1º do art. 195 do RI/TCDF<sup>2</sup>. De fato, a peça inicial, indica expressamente os princípios que estariam sendo ofendidos (legalidade, publicidade, vinculação ao edital, contraditório e ampla defesa) e a matéria é de competência desta Corte de Contas. Todavia, não vislumbramos a caracterização circunstanciada da situação em face de o autor não juntar ao pleito indícios da alegada ilegalidade, notadamente no que se refere à ausência do espelho de correção que lhe fora fornecido, o que enfraquece qualquer argumento tendente a caracterizar a atuação da banca examinadora como ilegal sem a devida prova.

12. Quanto à medida cautelar, embora entender o autor da demanda presentes os requisitos autorizadores para sua concessão, o **fumus boni iuris** evidenciado na possível ofensa ao princípio da legalidade, e o **periculum in mora**, por sua vez, consubstanciado no iminente encerramento do prazo recursal, com a possível perda de objeto, entendemos que não restou demonstrada a alegada ofensa à legalidade concernente à vinculação ao edital do certame, exatamente pela ausência do multicitado espelho de correção da prova discursiva, motivo pelo qual somos pela denegação da liminar suscitada, inclusive pelo aspecto secundário que assume em relação ao possível não conhecimento do pedido principal. De qualquer sorte, faz-se necessário deliberação acerca do pedido.

Pelo exposto, encaminhamos estes autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do disposto na Portaria nº 126/2002, com a alteração introduzida pela Portaria nº 231/2007, com a redação dada pelas de nºs. 27/2009 e 44/2012, sugerindo ao Exmo Senhor Relator que vier a ser designado:

I. não conhecer da presente Representação (fls. 01/03), bem como da documentação que o acompanha (fls. 04/07), em face da ausência de indícios acerca da ilegalidade apontada;

<sup>24</sup>Art. 195. O tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos havidos no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou por este, mediante ajustes de qualquer natureza. § 1º As representações oferecidas por agentes políticos, órgãos, entidades ou pessoas que detenham essa prerrogativa por força de lei, deverão atender, pelo menos, aos seguintes pressupostos de admissibilidade: I – caracterização circunstanciada da situação; II – ser redigida em linguagem clara e objetiva; III – estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido; IV – enquadramento da matéria nas competências do tribunal.



II. deliberar acerca da medida cautelar requerida pelo autor da demanda;

III. dar ciência desta deliberação à Administração do Tribunal de Contas do Distrito Federal e ao signatário da presente demanda;

IV. autorizar devolução dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.”

Em parecer divergente o Ministério Público de Contas alinhou os seguintes argumentos:

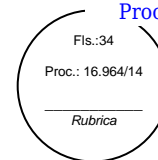
“8. Expostas as análises ofertadas pela Unidade Técnica, passo a analisar o presente feito ressaltando que a representação perante o Tribunal encontra limitações na LC nº 1/94 e no RI/TCDF. Somente pode representar à Corte os cidadãos que detenham tal prerrogativa por força de lei, a exemplo do previsto no parágrafo único do art. 113 da Lei nº 8.666/93. É o que se deflui do parágrafo 1º do art. 195 do RI/TCDF.

9. Todavia, não se vislumbra óbice ao conhecimento da peça exordial como denúncia, nos termos do art. 52 da LC nº 1/94 e 196 do RI/TCDF. Trata-se de questão atinente ao descumprimento do art. 36 da Lei Distrital nº 4.949/12, que dispõe sobre a obrigatoriedade, em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal, de serem explicitadas nos espelhos de correção as causas da perda de pontos.

10. As alegações do reclamante indicam possível afronta ao referido dispositivo legal, pois, em princípio, a organizadora do certame não estaria apresentando as causas da glosa de pontos em relação ao domínio do conteúdo dos temas abordados na prova e à demonstração de conhecimento técnico aplicado, o que poderia comprometer a lisura do certame e impactar a realização de despesas pela Jurisdicionada (órgão que está realizando o concurso – Tribunal de Contas do DF), atraindo, assim, a competência da Corte para examinar a questão.

11. No pertinente à cautelar requerida, como bem destacado pela Unidade Técnica, de fato, o interessado não apresentou documentação capaz de comprovar, cabalmente, a ocorrência da propalada ilegalidade, o que poderia ser saneada com a apresentação de cópia do espelho de correção da prova discursiva.

12. Assim, entendo que não foram preenchidos os pressupostos para concessão da cautelar,



porquanto ausente o **fumus boni iuris**, ante a ausência de cabal comprovação da suscitada ilegalidade.

13. Ante o exposto, opina este Parquet especializado por que o e. Tribunal:

I - tomar conhecimento da peça exordial como denúncia;

II - determinar a oitiva do Centro de Seleção e Promoção de Eventos - Cespe, organizadora do certame, para apresentação de esclarecimentos necessários ao deslinde da questão suscitada na peça exordial; e

III - dê ciência ao interessado do teor da decisão que vier a ser proferida nos autos em exame."

É o relatório.

### V O T O

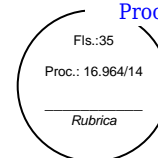
Como bem assinalou o douto Órgão Ministerial, a representação em exame trata de questão atinente ao descumprimento do art. 36 da Lei Distrital nº 4.849/2012 que, ao estabelecer normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, estatuiu:

**"Art. 36.** Na formulação de questões discursivas, devem ser indicados os quesitos a serem avaliados.

Parágrafo único. As **causas da perda de pontos pelo candidato são explicitadas** em espelho de correção."

Da leitura da peça exordial depreende-se que **houve afronta ao dispositivo em tela**, pois, em princípio, a entidade organizadora do concurso não estaria divulgando as causas da perda de pontos, em prejuízo da lisura do certame e impactando negativamente a realização da despesa, assunto de competência desta Corte de Contas.

Pois bem, consta da instrução que não foram apresentados documentos que comprovem, cabalmente, a ilegalidade narrada na inicial, "notadamente no que se refere à ausência do espelho de correção que lhe fora fornecido, o que enfraquece qualquer argumento tendente a caracterizar a atuação da



*banca examinadora como legal sem a devida prova"*  
(fls. 10).

*Atento a esta realidade o Parquet abriu pontual divergência e sugere que seja facultada ao interessado a oportunidade de apresentar o competente documento, a fim de que se configure ou não a afronta ao art. 36 da Lei nº 4.949/2012.*

*Penso que assiste razão ao Ministério Público de Contas, pois trabalhar em sentido diverso implicaria valorar, em demasia, o que ainda se encontra no terreno movediço da suposição.*

*Se assim é, não tenho como apreciar, no momento, o pedido de concessão de cautelar.*

*Destarte, considerando os termos da instrução e do parecer ministerial, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário:*

***I** - tome conhecimento da peça exordial como denúncia;*

***II** - determine a conversão do feito em diligência para que, no prazo de 15 (quinze) dias:*

***a)** o **Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE**, entidade organizadora do certame destinado ao provimento do cargo de Auditor de Controle Externo, disciplinado pelo Edital nº 1-TCDF/ACE 2013, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, de 10.12.2013, apresente esclarecimentos necessários ao deslinde da questão agitada no documento de fls. 01/2003;*

***b)** o subscritor da peça de fls. 01/03 apresente documentos que confirmam suporte à ilegalidade que aponta, consistente no descumprimento do art. 36 da Lei nº 4.949/2012;*

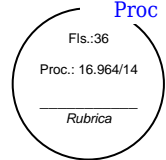
***III** - dê ciência desta decisão a Administração do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como ao subscritor do documento de fls. 01/03;*

***IV** - determine a devolução destes autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal."*

Naquela assentada, pediu vista do feito a ilustre Conselheira ANILCÉIA MACHADO que, em apertada síntese, apresenta Voto divergente alinhando os seguintes argumentos:

- - não há situação fática demonstrada que dê suporte ao alegado, pois não foram juntados o espelho de correção que fora fornecido ao*





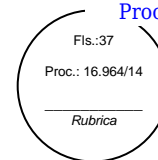
*representante, nem quaisquer outras evidências documentais de violação a diploma legal;*

- - *não vislumbrou qualquer tratamento desigual que justifique o recebimento da representação, bem como, em relação à medida cautelar, igualmente não vislumbrou ofensa palpável a qualquer dispositivo legal que caracterize o fumus boni iuris, pois não foi demonstrado que a suposta ausência do espelho de correção da prova discursiva foi determinante para prejudicar o autor;*
- - *a decisão tomada nestes autos pode obstar o andamento do certame, trazendo prejuízo aos demais candidatos que se submeteram às mesmas etapas e regras do concurso;*
- - *faz-se necessária a demonstração cabal de conduta ilegal que prejudicou o postulante em detrimento dos demais concorrentes.*

No voto proferido na Sessão Ordinária de 01.07.2014 deixei patente que:

- - *da leitura da peça exordial depreende-se que **houve afronta ao art. 36 da Lei nº 4.849/2012**, pois, em princípio, a entidade organizadora do concurso (CESPE) não estaria divulgando as causas da perda de pontos, em prejuízo da lisura do certame e impactando negativamente a realização da despesa, assunto de competência desta Corte de Contas;*
- - *consta da instrução que não foram apresentados documentos que comprovem, cabalmente, a ilegalidade narrada na inicial, “notadamente no que se refere à ausência do espelho de correção que lhe fora fornecido, o que enfraquece qualquer argumento tendente a caracterizar a atuação da banca examinadora como legal sem a devida prova” (fls. 10);*
- - *o Parquet, ao divergir da sugestão alinhada na instrução, sugere que seja facultada ao interessado a oportunidade de apresentar o competente documento, a fim de que se configure ou não a afronta ao art. 36 da Lei nº 4.949/2012;*
- - *não apreciei o pedido de concessão de cautelar, naquela oportunidade, por entender que não detinha todos os elementos que viabilizassem tal proceder, razão pela qual pugnei pela realização de prévia diligência, de forma a solicitar a apresentação de esclarecimentos por parte do*





*CESPE e apresentação de documentos pelo subscritor da  
peça de fls. 01/03.*

Diante do que venho de destacar, os argumentos listados no voto de vista, com a devida *vênia*, não têm o condão de alterar o encaminhamento que formulei na referida assentada, pois vislumbro a possibilidade de ter ocorrido afronta ao art. 36 da Lei nº 4.849/2002, que, se efetivamente configurada, após o resultado da diligência de que cogitei, macularia indelevelmente o Concurso Público disciplinado pelo Edital nº 1-TCDF/ACE 2013, publicado no DODF de 10.12.2013.

Destarte, mantenho o posicionamento esposado no **VOTO** de fls. 17/23, no sentido de que o e. Plenário:

- I – tome conhecimento da peça exordial como denúncia;
- II – determine a conversão do feito em diligência para que, no prazo de 15 (quinze) dias:
  - a) o **Centro de Seleção e Promoção de Eventos – CESPE**, entidade organizadora do certame destinado ao provimento do cargo de Auditor de Controle Externo, disciplinado pelo Edital nº 1-TCDF/ACE 2013, publicado no DODF de 10.12.2013, apresente esclarecimentos necessários ao deslinde da questão agitada no documento de fls. 01/03;
  - b) o subscritor da peça de fls. 01/03, que apresente documentos que confirmem suporte à ilegalidade que aponta consistente no descumprimento do art. 36 da Lei nº 4.949/12;
- III - dê ciência desta decisão a Administração do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como ao subscritor do documento de fls. 01/03;
- IV - determine a devolução destes autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

Sala das Sessões, em 31 de julho de 2014.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator